

**FERDINAND DE SAUSSURE E O ESTRUTURALISMO LINGUÍSTICO:
SAÍDA OU RECAÍDA NO LABIRINTO DA INDIFERENÇA PELA
DIFERENÇA?**

**FERDINAND DE SAUSSURE AND THE LINGUISTIC
STRUCTURALISM: EXIT OR RELAPSE IN THE LABYRINTH OF
THE INDIFFERENCE BY DIFFERENCE?**

Marcelo Avelino Soares¹

Resumo: Até que ponto a primazia sobre a perspectiva sincrônica, em detrimento da perspectiva diacrônica, deliberadamente assumida por Saussure, comprometeu sua análise da diferença linguística? A pergunta é crucial, em primeiro lugar, porque o fundador da moderna disciplina de Linguística foi posteriormente questionado acerca de um suposto excesso de formalismo de seu modelo estruturalista; em segundo, porque a compreensão adequada de seu pensamento permitirá um debate fecundo com os críticos pós-saussurianos; e, em último lugar, porque a elucidação desta querela poderá contribuir enormemente para repensar problemas linguísticos atuais que ainda assolam os estudos de linguagem.

Palavras-chave: Saussure. Sincronia/diacronia. Diferença. Variação.

Abstract: How far has the priority of the synchronic perspective, in detriment of the diachronic perspective deliberately assumed by Saussure, compromised his analysis of the linguistic difference? This question is central, foremost, because the modern Linguistics discipline's founder was subsequently criticized about a conjectural excess of formalism in his structuralist model; second, because the adequate understanding of his work will allow a fertile debate with post-saussurean critics; and, at last, because the elucidation of this question can vastly help rethinking present linguistic problems that still disturb language studies.

Keywords: Saussure. Synchrony/diachrony. Difference. Variation.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduado em Ciências Sociais (bacharelado) da mesma instituição. Até aqui, o foco geral de seu estudo tem sido os efeitos do paradigma estruturalista francês sobre as ciências sociais, ao passo que o foco específico de seu trabalho tem recaído sobre o estruturalismo *sui generis* de Pierre Bourdieu. E-mail: m.avelino.soares@bol.com.br.

Introdução

A variação linguística parece, de fato, não conseguir libertar-se da correção gramatical, que, com seus mentores sempre à espreita, tal como o caturro guarda da esquina sobre o qual refletia inquietamente o jovem Philip Carey, personagem de William Somerset Maugham em *Servidão humana*, tem ido implacavelmente sem reservas ao encalço – com ou sem calço – dela, quase como se fosse uma instância autogovernável, pronta a corrigir as inclinações variantes dos seres falantes, que porventura – ou desventura – excedam a devida conta da variedade padrão, medida evidentemente pela forma e pela norma oficiais. Com efeito, embora tenham sido predominantemente escanteadas há pouco mais de um século, em proveito da crescente autonomização de um novo domínio – a Linguística – que, de resto, trouxe a chancela da veracidade científica, as clássicas gramáticas tradicionais (chinesa, indiana, grega, romana, entre outras) ainda parecem inspirar o espírito investigativo – e especulativo – de muitos pesquisadores contemporâneos dos usos e desusos da linguagem humana, se não com a mesma pretensão abstrata de cultivar (gramática normativo-prescritiva) ou medir (gramática histórico-comparativa) os efeitos residuais de uma língua *primeva* no tempo presente, pelo menos com uma versão nova de abstração, cujo exemplo mais radical estaria talvez na concepção de uma comunidade linguística completamente homogênea, de Avram Noam Chomsky.

Cumpramos antecipar aqui, entretanto, que a opção de vir à baila com a anamnese dessa controvérsia histórica entre variação e correção, própria ao estudo do fenômeno humano da linguagem, não significa, em primeiro lugar, anacronismo incidental – tampouco proposital – numa *epoché* claramente não mais sob os efeitos divinizados da chamada Gramática Tradicional, talvez nem mesmo da gramática transformacional (dirão os menos cautelosos), em virtude dos efeitos críticos de outras abordagens, como, por exemplo, a *teoria da variação e mudança*, de William Labov, e, sobretudo, a *teoria da análise do discurso*, que, aliás, avigora, diferentemente da primeira, o tom bem menos conciliador quando o assunto é o questionamento do abstracionismo na linguagem; em segundo, indiferença sutil diante dos duplos efeitos humanizados – e, até certo ponto, também desumanizados – de um processo contemporâneo de gramaticalização continuamente em curso que, apesar de reconhecer uma variação linguística sob a condição de adequar-se necessariamente à variedade padrão, não executa uma espécie de volta crítica sobre si mesma para desvendar as causas reais do uso ainda precário da língua culta por uns e de uma gramática ainda sem usuário por outros,

donde advém certamente uma pletora de variações sub-padrão contra a qual aquele processo não tem como reagir senão com uma ou outra das duas faces de uma mesma promessa que, por um lado, aposta comedidamente aqui e agora na força atuante – também em curso contínuo – do processo de desgramaticalização e, por outro, posterga indefinidamente para o porvir o equilíbrio entre competência (*competence*) e desempenho (*performance*) da língua nos seres falantes; e, em último lugar, culto da incultura e da afasia gramatical sobre as quais parecem apoiar-se, segundo os difamadores da Linguística, uma “*certa corrente relativista*” (NETO *apud* BAGNO, 1999: 168, grifos do autor), de “*raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do povo*” (NETO *apud* BAGNO, 1999, p. 168, grifos do autor).

Isto significa que, ao invés da hipóstase unilateral de uma destas três hipóteses, a exposição deste artigo fará da explanação teórica destes dilemas sua prioridade, especialmente porque episódios históricos não cansam de (re)atualizar os problemas que cercam a relação aparentemente tranquila entre variação linguística e correção gramatical, como, por exemplo, a recente polêmica em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, distribuído para 500000 (quinhentos mil) alunos de escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)². Nele, para quem já não sabe, Heloisa Ramos, uma das autoras, ilustrou exemplos – ao estilo, aliás, da atitude descritiva inaugurada pela linguística, que estudou as línguas “como se fossem completamente desconhecidas, o que significa, para o bem e para o mal, livrar-se da influência da tradição gramatical greco-romana” (ILARI, 2004, p. 67) – de “variação popular” (*sic*) que, ao contrário da variação padrão, poderiam mais frequentemente ser alvo do que chamou, na trilha de Marcos Bagno, de “preconceito linguístico”. Posta em uso, decerto, pelos abusos recentes de alguns intelectuais brasileiros quererem fazer ver indistintamente preconceito em tudo que é canto, esta alcunha, mais do que qualquer outra coisa escrita – ou melhor, reescrita – por Ramos, torpedeada desinibidamente contra os mentores da *Magnum opus* da língua portuguesa, parece, de fato, ser o epicentro desta última reviravolta tsunâmica entre linguistas e gramáticos, onde reside, talvez, a pedra de toque de todo este rebuliço. Porque, embora não hesitem em convergir com a condição *sine qua non* do duplo processo de gramaticalização e de desgramaticalização contemporâneas, isto é, a natureza essencialmente

² Para efeito de ilustração, o livro *Por uma vida melhor* provocou uma cascata de controvérsias na sociedade brasileira – através da mídia, sobretudo – porque os autores defenderam, entre outras coisas, o uso situacional de variações populares do tipo “nós pega o peixe” ou “os menino pega o peixe”, com o aval, de quebra, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o que indignou ainda mais os gramáticos guardiães da norma culta.

vária das linguagens, mediante a qual, aliás, é possível enriquecê-las e enriquecer-se com elas, linguistas e gramáticos ainda costumam divergir tanto com relação ao uso quanto com relação ao funcionamento adequado destas potencialidades linguísticas, especialmente quando está em jogo o problema do estatuto da gramaticalização.

Assim sendo, nem mesmo a supremacia da perspectiva sincrônica sobre a perspectiva diacrônica, com a qual ambos os domínios também comungam, sendo que cada um sempre inclinando-se, evidentemente, para onde considera estar o seu quinhão próprio (aqui ilustrados pelos pares variação *versus* correção, por um lado, variedade popular *versus* variedade padrão, por outro), foi o bastante para desfazer os mal entendidos responsáveis pelos desentendimentos entre a linguística e a gramática, sobretudo o que diz respeito à concepção de que ambas têm da noção de forma. Com efeito, diferentemente de como tem sido pensada pelos gramáticos, consideravelmente ainda refêns de um *espírito escolástico*, de uma preocupação de impor uma forma e uma norma aos falantes por motivo de ordem social, os linguistas não postulam intransigentemente uma forma correta da língua, porque, apesar de não negar – nem denegar – a existência de uma norma legítima e uma forma ilegítima de usar a linguagem, esta decisão é, segundo eles, uma questão político-social e não linguística, de vez que nunca foram descobertos indícios de superioridade nos usos das palavras (*lógos*), apenas funções de conhecimento e de comunicabilidade. Esta ressalva, contudo, uma vez mais assumida distintamente pelos linguistas neste episódio supracitado, parece novamente não ter sido suficiente para ensejar um momento oportuno de repensar melhor o modo como ambos os domínios poderiam complementar-se, dada a moda do discurso contemporâneo de interdisciplinaridade. Ao invés disso, presenciou-se predominantemente o desperdício de mais uma oportunidade de fazer da quebra de fronteiras disciplinares a ocasião *par excellence* de corrigir mutuamente os limites práticos dos linguistas e os excessos teóricos dos gramáticos, desperdício, inclusive, comprovado pelas trocas de insultos que, sem quaisquer vultos (do contrário, como qualificar as ofensas de “preconceito linguístico”, por um lado, e de “esquerdismo de meia-pataca”, por outro?), os condenaram a ficar isoladamente “cada um no seu quadrado”, mais uma vez.

Ainda há quem diga que, para o bem ou para o mal, o primeiro – e talvez o último – grande responsável por escrever e subscrever definitivamente a página derradeira do livro que separou radicalmente tais domínios foi Ferdinand de Saussure, linguista genebrino conhecido e reconhecido, nas ciências humanas, como o pai da Linguística moderna. Com efeito, mesmo sendo o maior credor pela conquista da chancela que fez da Linguística uma ciência

verdadeiramente autônoma e imanente, são inúmeras as controvérsias que cercam o autor do *Curso de linguística geral* (1916), especialmente as que se referem às dicotomias saussurianas entre *língua e fala*, *significado e significante*, *sincronia e diacronia*, entre outras. Para os fins específicos deste artigo, entretanto, apenas a última delas será melhor escrutinada, em virtude de ter sido alvo de uma reinterpretação posterior à Saussure que tornou seu livro excessivamente defensor do método sincrônico nos estudos linguísticos, em detrimento do método diacrônico, releitura, aliás, a partir da qual estes críticos puderam acusar o patriarca linguístico de negligenciar a heterogeneidade dos conteúdos de *fala*, em proveito do suposto culto da homogeneidade das formas.

Ademais, a pertinência de exumar tal polêmica da história da Linguística servirá doravante para mostrar, por um lado, o corte entre a noção saussuriana de formas e a visão tradicional – e, conforme foi dito, talvez até a visão contemporânea transformacional – de forma, sem o qual seria bruscamente recalcado o fato de que, para Saussure, a língua é fundamentalmente diferença, sobre a qual jamais se apoiou completamente a gramática histórica, muito menos a gramática normativa; por outro, o paradoxo de fundo desta disciplina, que, a julgar pelos efeitos vulcânicos do livro de Ramos, se não a afunda, pelo menos a funda e a refunda como ciência, não para ser, em face de suas oscilações características, a mira predileta da chacota dos niilistas de plantão, mas para ensejar tanto aos gramáticos quanto aos linguistas a oportunidade de repensar e, caso necessário, aprimorar, de fato, a relação entre ambos os domínios. Daí o porquê da importância de compreender, em primeiro lugar, o processo histórico antecedente à Linguística de Saussure, para, em seguida, avaliar melhor os motivos que o levaram a evitar os choques tectônicos entre as placas sincrônica e diacrônica nos estudos linguísticos e, por fim, julgar mais apropriadamente – se possível – o recente desfecho do episódio farpante entre gramáticos e linguistas, aqui ilustrado para comprovar a atualidade de revisitar a dicotomia saussuriana entre sincronia e diacronia, na medida em que parece acionar, pelo menos para os oblatos da releitura pós-saussuriana, os mesmos dilemas de variabilidade da querela entre correção e variação linguísticas.

Uma breve história da diferença antes de Saussure

Com efeito, a sentença de que a língua é inevitavelmente diferença e a conclusão de que não existem formas linguisticamente incorretas não bastaram para Saussure ser poupado da crítica de que sua proposta estruturalista teria resvalado, no fim, para um modelo absolutamente formal da linguagem, não obstante seus esforços tergiversantes de não perder

de vista a relação da língua com a fala. Uma das maneiras de justificar esta hipótese é, evidentemente, a pretensão saussuriana de elaborar uma teoria geral da linguística, expressa desinibidamente no título de seu livro. Contudo, apesar de ser até bastante fecundo, este questionamento não deveria esquecer – ou fazer esquecer – que, ao contrário da unilinearidade sistematicamente diacrônica do formalismo das gramáticas normativa e histórica (entenda-se a versão tardia dela), a prioridade da forma nos estudos de Saussure sempre esteve respaldada numa multilinearidade sistematicamente sincrônica, porque, a exemplo de Rasmus Rask da primeira geração dos estudos histórico-comparativos, ele também não estabeleceu cronologicamente correspondências genealógicas entre as línguas, conforme passou a pensá-las a segunda leva da gramática histórico-evolutiva, sobretudo a partir do alemão Jakob Grimm que, mediante uma perspectiva de fluxo contínuo, teria apontado para as primeiras provas empíricas das regularidades do processo de mudança linguística, especialmente em níveis fonológico e morfológico.

Para efeito de esclarecimento, esta indiferença radical das gramáticas normativas pela diferença e, por extensão, pela mudança, pela transformação ou pela variação (inclusive da gramática histórico-comparativa que, apesar da abertura inicial, ainda assim só admitiu posteriormente as variabilidades regulares), em proveito ou da conservação dos textos sagrados dos autores antigos ou de uma tipologia geral – uma árvore genealógica – das línguas indo-europeias, pode ser ilustrada de modo esquemático, isto é, para fins unicamente de exposição, quer pelos clássicos exemplos das gramáticas normativas sânscrita, grega e romana quer pelos desdobramentos pós-renascentistas, sobre os quais se fundamenta a tradição gramatical do Ocidente.

A *gramática normativa sânscrita*, ao contrário de outras que até hoje são quase desconhecidas do mundo europeu (como as gramáticas mesopotâmica, chinesa e árabe), logo que foi descoberta pelo mundo ocidental, contribuiu enormemente para “a eclosão incontida da gramática comparativa indo-europua” (WEEDWOOD, 2002, p. 14), arrematando definitivamente “as bases para todo o edifício da filologia comparativa e da linguística histórica do século XIX” (WEEDWOOD, 2002, p. 14). Original e independente, talvez porque entranhada nas particularidades do próprio idioma sânscrito, ela data pelo menos 2500 anos, pois registros indicam que no século V a.C. Panini escreveu a primeira gramática, com “uma descrição notavelmente refinada e penetrante” (WEEDWOOD, 2002, p. 14) das regras e definições (*sutras*) que operavam sobre “estruturas subjacentes de maneira espantosamente semelhante a diversos aspectos da teoria linguística contemporânea” (WEEDWOOD, 2002, p.

14). Contudo, à semelhança de outras culturas, na Índia a língua também era estudada como função social ao invés de objeto científico, ou seja, como meio para outros fins, que, no caso indiano, era “manter viva a pronúncia correta dos textos religiosos ancestrais” (WEEDWOOD, 2002, p. 17) do *Veda*, ritualisticamente cantados ou entoados nas cerimônias místicas desse povo. Daí os méritos pela pesquisa da fonética articulatória, comprovada pela seguinte citação: “a classificação dos sons da fala feita pelos hindus era mais detalhada, mais precisa e mais firmemente baseada na observação e na experiência do que qualquer outra realizada na Europa, ou em qualquer outra parte que saibamos, antes do fim do século XVIII [...]. Em suas análises das palavras, os gramáticos hindus foram bem além daquilo que se poderia julgar necessário ao seu objetivo original” (LYONS, 1979, p. 22). Ademais, desenvolveu também a distinção entre substantivo, verbo e preposição.

A *gramática normativa grega*, apesar de ser saudada como a fonte da cultura ocidental, demorou a ser definitivamente codificada pelos antigos gregos, por um lado, e predominantemente incorporada pelo mundo europeu, por outro. Isto porque até o século II a.C., quando Dionísio Trácio escreveu a primeira obra gramatical, foram acirradamente confrontadas duas versões opostas da linguagem, sobre as quais os gregos edificaram vários outros problemas difíceis de resolver, como o dilema de tratar o Estado como uma necessidade ou simplesmente costume humano. A respeito da língua propriamente dita, divergiam porque uns a colocavam como pura fonte de conhecimento enquanto outros a punham como mero meio de comunicação. Este impasse de grande monta com infinitos detalhes sutis ficou historicamente conhecido como o duelo entre a *phýsis* e o *nómos*, as duas forças vitais do cosmo, encarnadas nas figuras do analogista e do anomalista, respectivamente. Ademais, o curioso é que todo este legado grego, impresso especialmente nas áreas de etimologia, retórica, semântica, fonologia, morfologia e sintaxe, só foi, de fato, incorporado pela tradição ocidental na Antiguidade tardia, pois “entre os séculos VI e XV, a língua grega foi praticamente ignorada no Ocidente” (WEEDWOOD, 2002, p. 33).

A *gramática normativa romana*, a princípio influenciada inicialmente pela doutrina estoica grega, isto é, pela vertente cósmica do *nómos*, derrubou “a necessidade de uma controvérsia sobre a importância relativa da analogia e da anomalia” (WEEDWOOD, 2002, p. 38), porque acreditava-se que “os neologismos devem ser guiados pela analogia, mas se uma forma anômala já estiver bem estabelecida, deve-se permitir que permaneça” (WEEDWOOD, 2002, p. 38). Esta combinação peculiar do antigo problema platônico foi equacionada por Marcos Terêncio Varrão (116-27 d.C.), de quem a Antiguidade romana recebeu talvez o

maior impacto em nível dos estudos sobre linguagem. Ainda assim, na esteira de Platão de que o significado original das palavras fora obscurecido pela passagem do tempo, Varrão também cogitou a recuperação dele (significado), sendo que a partir do uso específico da noção de etimologia, que, na sua ótica, deveria ser entendida como uma explicação semântica, pois mais importante do que a forma era o significado original das palavras. Isto significa que, apesar do interesse conjugado pela teoria da *littera* e pela etimologia, “a educação romana foi gradualmente estreitando seu escopo, o foco de atenção se transferiu para as gramáticas em si mesmas, abandonando os textos literários que elas supostamente deviam acompanhar” (WEEDWOOD, 2002, p. 40), pois a maior preocupação dos autores desta época “não era a *littera* como uma unidade de fala fisicamente visível ou audível, e sim, muito mais, sua possível importância na iluminação dos aspectos superiores da ordem do mundo” (WEEDWOOD, 2002, p. 45). O interesse posterior pela parte física da fala, aliás, “não veio de dentro da tradição ocidental, mas de fora dela: primeiro, durante o Renascimento, do mundo semita; mais tarde, por volta de 1800, da Índia” (WEEDWOOD, 2002, p. 46). Entretanto, até isto acontecer de fato, os gramáticos ocidentais da Idade Média ainda tiveram que protagonizar dois grandes duelos, pelo menos: o primeiro foi encabeçado por Guilherme de Conches que, sob a influência das obras de Aristóteles sobre a lógica, criticou “os pressupostos da gramática tradicional, da qual Prisciano foi considerado o representante por excelência” (WEEDWOOD, 2002, p. 54-55); o segundo, por sua vez, foi liderado por Guilherme de Occam (1285-1349), filósofo nominalista que, em defesa de uma *gramática positiva*, questionou a *gramática especulativa* dos modistas (*modestae*), para quem o objeto da língua, mesmo estruturalmente subjacente, “podia ser dado a conhecer por um signo falado, tornando-se dessa maneira um significado (no sentido saussuriano de *signifié*), *res significata*” (WEEDWOOD, 2002, p. 58). Talvez o que não se imaginara é que, ainda com a guinada renascentista, este duelo entre um modo de *vidare* – “ver com os olhos do espírito” (WEEDWOOD, 2002, p. 52) – e um modo de *videre* – “ver com os olhos físicos” (WEEDWOOD, 2002, p. 52) – não somente permaneceria vivo, como também se sofisticaria tremendamente.

Com efeito, ao contrário dos estudos pré-renascentistas da linguagem, que, conforme dito anteriormente, formaram uma espécie de *continuum* em benefício predominante dos conhecimentos lógico e matemático, os estudos linguísticos pós-renascentistas inclinaram-se, como nunca dantes talvez, para o outro lado do pêndulo, pois “a visão medieval de que os fenômenos terrenos transitórios não continham nenhum sistema perceptível e, portanto, não

eram dignos de estudo foi substituída pela certeza cumulativa de que as regularidades eram inerentes mesmo nos fenômenos superficialmente arbitrários e irregulares do mundo físico” (WEEDWOOD, 2002, p. 69). Isto não significa que os estudiosos do pós-renascimento fossem incapazes de fazer especulações abstratas, como exemplificam as obras de Pierfrancesco Giambullari, Goropius Becanus e Boaventura Vulcânio sobre as relações entre as línguas que, adiante, serviria de base para a *teoria indo-cita*, precursora da hipótese indo-europeia: “tudo isso anunciava [inversamente] um aumento de interesse pelos aspectos que diferencia[va]m uma língua da outra no tocante à forma, e não na função comunicativa ou epistemológica: uma mudança radical de percepção” (WEEDWOOD, 2002, p. 79). Esta nova abordagem descritiva, que, à moda da *gramática positiva* de Occam e outros, dedicou-se à parte física da fala e aos pormenores de uma língua particular, “um fenômeno até então considerado um estorvo, uma punição divina, e indigno de atenção séria” (WEEDWOOD, 2002, p. 79), foi certamente fortalecido mediante o avanço paralelo dos métodos e resultados das recém surgidas ciências biológicas, por um lado, e os desdobramentos das viagens de descobrimento durante a *epoché* das grandes navegações europeias pelas costas da África, das Américas e do Oriente Médio, por outro. Contudo, apesar dos êxitos expressivos iniciais, a ambição nominalista de comprovar que os vernáculos europeus ocidentais ou as línguas exóticas também tinham, assim como o latim medieval, as próprias regras, isto é, uma regularidade inerente, parece ter gradativamente decrescido à medida que se embarçou cada vez mais com a língua latina, dado que

a equiparação de “regularidade” com as regras do latim se tornou cada vez mais explícita ao longo do século XVI, de modo que as gramáticas mais tardias dos vernáculos são em geral mais artificialmente constrangidas pelo modelo latino do que as anteriores – um exemplo da tradição universal ultrapassando a particular, em detrimento desta (WEEDWOOD, 2002, p. 73, grifo da autora).

A descoberta e a aclamação de Babel, no século XVI, legaria, de fato, sérios problemas ao século XVII, em virtude do caos angustiante de línguas dispersas, cujo tom era a ênfase na dessemelhança irreduzível das linguagens. O elixir contra o babelismo bifurcou-se em duas direções: na linha *especulativa*, sobretudo com Jakob Böhme, “a língua(gem) foi apanhada numa crua substância exterior, com suas palavras arbitrárias e carentes de qualquer conexão intrínseca [direta] com a natureza” (WEEDWOOD, 2002, p. 97), a menos – claro – que fossem submetidas a um escrutínio capaz de extrair delas a *signatura rerum*, isto é, as indicações da verdadeira natureza contidas nos fenômenos linguísticos terrenos; em

contrapartida, na linha *positiva*, especialmente com John Wilkins, a língua(gem) foi tratada como uma realidade essencialmente artificial, arbitrária ou convencional, sendo “ao mesmo tempo um meio de comunicação claro e não-ambíguo e uma ferramenta para a investigação científica” (WEEDWOOD, 2002, p. 98), racionalmente classificada. Entretanto, embora tenha se iniciado novamente uma forte escalada rumo à tendência universalista no fim do século XVII, sobretudo a partir de Gottfried Wilhelm Leibniz e a sua hipótese monogenética de que haveria um parentesco linguístico determinado pela proximidade geográfica, “a corrente ‘particularista’ continuou seu desenvolvimento ao longo dos séculos XVII e XVIII em diversas áreas” (WEEDWOOD, 2002, p. 88, grifo da autora), onde esgotou definitivamente os recursos disponíveis trazidos desde o Renascimento, sendo sua principal limitação “a etimologia baseada na forma [...] [que] suscitava a mesma crítica a que estava sujeita a etimologia semântica dos antigos” (WEEDWOOD, 2002, p. 90), mediante o “escorregão” comum de substituir sem querer – ou querendo, depende do autor – a comparação semântica dos significados pela comparação sintática das formas.

Acerca especificamente da decaída da abordagem particularista pós-medieval da linguagem, a guinada formalista consolidou-se mais fortemente, conforme dito acima, em razão do contato com a tradição indiana da língua sânscrita, que fez arrematar de vez a cogitação sobre uma raiz linguística comum. Com efeito, em que pese a ênfase na natureza abstrata da forma, ou melhor das formas, esta nova versão universalista não defendia absolutamente uma equivalência histórica entre elas, apenas a noção semítica de que as “raízes são os elementos primitivos das palavras, não encontráveis como tais na língua, mas identificáveis a partir de formas derivadas deles que contêm uma base comum ou radical” (WEEDWOOD, 2002, p. 92). Isto significa que, ao contrário do formalismo linguístico do medieval, de caráter teocêntrico, da linha particularista histórico-comparativa pós-medieval derivaram vários formalismos linguísticos, de caráter antropocêntrico, desde a *grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal (século XVII), passando pelas obras sobre a natureza da língua dos *philosophes* do Iluminismo francês (século XVIII), até os estudos histórico-evolutivos da linguagem, sob a influência do darwinismo biológico (século XIX). Estes últimos costumam, a propósito, receber o crédito – ou descrédito, depende do ponto de vista – por tornar mais precisa a ideia de mudança na língua, sobretudo por meio dos neogramáticos (*Junggrammatiker*) da década 1870, grupo ortodoxo de pesquisadores da linguística histórica que, valendo-se já dos efeitos lapidantes – impressos especialmente por Sir William Jones e Jakob Grimm – sobre o método comparativo para a reconstrução da língua *proto-indo-*

européu, postulou “a tese de que todas as mudanças no sistema fonético de uma língua, enquanto esta se desenvolvia ao longo do tempo, estavam sujeitas à operação de leis fonéticas regulares” (WEEDWOOD, 2002, p. 106), apesar da violenta oposição dos grupos heterodoxos, defensores de uma ubiquidade mais ampla da mudança linguística.

O triunfo original da diferença a partir de Saussure

Assim, Saussure foi *grosso modo* herdeiro desse estado de arte. Um herdeiro que não quis, contudo, herdar completamente tal herança, porque, embora tenha sido inicialmente “um grande professor de filologia germânica e história das línguas indo-europeias, [...] [sendo] um de seus principais interesses [...] justamente o estudo dos textos antigos” (ILARI, 2004, p. 58), ele posteriormente formulou hipóteses que apontaram para uma reconfiguração substantiva dos métodos que, até então, tinham lhe servido de ferramenta de pesquisa. Para efeito de esclarecimento, as causas de tal desvio poderiam ser ilustradas mediante a insatisfação de Saussure com alguns aspectos específicos daquela multifacetada herança linguística histórico-comparativa, como, por exemplo, a sua última “metáfora de base para a compreensão dos fenômenos linguísticos [que] tinha sido a ideia evolucionista da transformação das espécies” (ILARI, 2004, p. 57) ou, então, a sua primeira metáfora de base para a interpretação dos mesmos fenômenos, que, por sua vez, tinha sido a descrição do “senso comum como matéria dos fatos da linguagem” (SAUSSURE *apud* VITRAL, 2010, p. 55). Neste sentido, em uma das edições críticas do *Curso de lingüística geral*, publicadas a partir da década de 1960, Robert Godel – lido aqui via Vitral – apresentou uma carta de Saussure – provavelmente de 1894 – que sem reservas comprovaria o desacordo de um herdeiro com sua herança; na epístola, endereçada a Antoine Meillet, antigo aluno com quem trocou quase confidências durante vários anos, o professor genebrino lhe confessou claramente o estado inquieto de seu espírito ante os dilemas linguísticos da época:

estou bastante desgostoso com tudo isso [estado de arte da linguística de então], e com a dificuldade que em geral ocorre quando se escreve somente dez linhas, tendo o senso comum como matéria dos fatos da linguagem. Preocupado sobretudo, já há muito tempo, com a classificação lógica desses fatos, com a classificação de pontos de vista sob os quais nós os tratamos, eu vejo cada vez mais a imensidão do trabalho que é preciso para mostrar ao linguista o que ele faz, reduzindo cada operação à sua categoria prevista; e, ao mesmo tempo, a grande variedade de tudo que finalmente se pode fazer em linguística. [...] esta inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la, e mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral,

tudo isso vem estragar meu prazer histórico, ainda que eu só tenha como meu mais caro desejo não ter de me ocupar da língua em geral. [...] Isto terminará, apesar de tudo, por um livro onde, sem entusiasmo, eu explicarei por que não há um único termo empregado em linguística em relação ao qual esteja de acordo com o sentido atribuído. E só após isso confesso que poderei retomar meu trabalho no ponto em que o tinha deixado (SAUSSURE *apud* VITRAL, 2010, p. 55-56).

Com efeito, apesar de ter endossado desinibidamente a ideia oitocentista – de matriz humanístico-renascentista – de que a linguagem humana é historicamente um fenômeno heterogêneo (propriedade supostamente inata de que se reveste este artigo, aliás, para abordar as controvérsias que dela decorrem), Saussure introduziu, por assim dizer, uma dupla descontinuidade em relação àquelas duas gerações rivais de linguistas comparatistas que o precederam, no que tange especificamente ao tratamento diacrônico que ambas conferiam diferentemente a língua: por um lado, ao invés da visão atomística, que *grosso modo* abdicava da procura de regularidade na irregularidade linguística babélica de então e, por extensão, da pergunta acerca do fim para o qual – querendo ou não – caminhava a comparação entre si das línguas, jamais submetidas, por isso, a outro processo metodológico senão o de uma descrição como se fossem “naturais” na atividade dos seres falantes, Saussure afirmou “que a descrição de um sistema linguístico não é a descrição física de seus elementos, e sim a descrição de sua funcionalidade e pertinência” (ILARI, 2004, p. 59); por outro, embora tenha reconhecido a importância dos neogramáticos, que, por sua vez, questionaram a falta de uma explicação sobre as causas das mudanças na teoria atomística, contra quem lançaram alternativamente a pesquisa de tais causas mediante o estudo de uma língua a partir de um recorte de tempo delimitado em vez da comparação de estados de línguas muito distantes, Saussure não hesitou em divergir dessa escola, cuja grande prioridade foi estabelecer a regularidade dos fenômenos linguísticos, conforme comprova a seguinte citação:

graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. Ao mesmo tempo, compreende-se quão errôneas e insuficientes eram as ideias da Filologia e da Gramática Comparada. Entretanto, por grandes que sejam os serviços prestados por essa escola, não se pode dizer que tenha esclarecido a totalidade da questão, e, ainda hoje, os problemas fundamentais da Linguística Geral aguardam uma solução (SAUSSURE, 1971, p. 12).

Para tanto, o patriarca linguístico imprimiu no modelo neogramático um sutil desvio com relação especificamente a sua busca – legítima e necessária, segundo Saussure – de

regularidade no oceano babélico da linguagem, capaz de equacionar de maneira bastante inovadora a pendenga em torno do inadequado tratamento dado até então a noção de diferença linguística e, de quebra, ao estatuto de gramaticalização da linguagem. A respeito das invariantes linguísticas propriamente ditas, a perspicácia cirúrgica daquele desvio deu-se, conforme já rapidamente delineado, mediante a substituição do uso da perspectiva diacrônica – e/ou evolutiva – pelo uso da perspectiva sincrônica nos estudos acerca da língua. Contudo, como ponderou Rodolfo Ilari (2004), isto não significa, evidentemente, que os antecessores de Saussure – sobretudo os opositores dos neogramáticos – nunca tenham pensado em descrever o estado sincrônico de uma língua num dado momento da história, nem tenham imaginado estudar a linguagem a partir de uma visão sistêmica (outra característica importante do estruturalismo saussuriano); a originalidade do autor genebrino parece estar mais no deslocamento do uso de tais mecanismos metodológicos, que deixaram, por assim dizer, de atuar no plano macro em proveito do plano microlinguístico, donde se compreende melhor a ênfase saussuriana nas várias “manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão” (SAUSSURE, 1971, p. 13, grifo do autor).

Conforme é sabido, daí resultou, conseqüentemente, a autonomização crescente de uma linguística imanentista, onde “as explicações sobre a linguagem deve[ria]m ser procuradas nos objetos linguísticos, não em objetos de outra natureza” (ILARI, 2004, p. 80), pois a guinada radical de que toda língua é sincronicamente articulada – e articulável – mediante formas variadas – e variáveis – que lhe são subjacentes significou, entre outras coisas, o último “prego do caixão” do carcomido formalismo clássico, de cuja visão pancrônica dependia ainda a maioria dos princípios dos neogramáticos da Universidade de Leipzig. Entretanto, embora jamais tenha negligenciado o fato de que, na linguagem, a variação – ou a diferença, a mudança, como queiram – logicamente possível é infinita, Saussure a concebeu sob dois pontos de vista distintos, que desconcertaram extraordinariamente o pensamento linguístico da época. Trata-se da distinção com a qual anda de par a polêmica divisão da linguagem entre língua (*langue*) e fala (*parole*), que, segundo ele, lidaria com a diferença de uma maneira bem específica, inevitavelmente irreduzível uma a outra. Na língua, a variação ocorreria *grosso modo* em nível psíquico, social e abstrato, ao passo que na fala ela se manifestaria fundamentalmente em nível psicofísico, individual e concreto. Para os propósitos deste artigo, necessário e suficiente é destacar que, por ver mais

amplamente incognoscível a diferença na *fala*, em virtude da singularidade heterogênea de cada ato expressivo, Saussure privilegiou assumidamente a diferença na *língua*, porque a pluralidade homogênea que lhe era mais cara jamais poderia ser encontrada na execução do ser falante, mas sempre no que este soubesse do acervo linguístico da *língua*, socialmente produzido e distribuído na comunidade dentro da qual falasse.

Por todas essas razões, seria ilusório reunir sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação propostas esclarecem tudo. [...] Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente. Pode-se, a rigor, conservar o nome de Lingüística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Lingüística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua (SAUSSURE, 1971, p. 28).

Assim sendo, o estruturalismo saussuriano se caracterizaria por procurar, em última instância, apreender uma espécie de infraestrutura, de lógica oculta ou inconsciente que toda e qualquer linguagem traria subjacente consigo, capaz senão de prever – e antever – a justa a diversidade dos atos de fala, pelo menos orientar os usos possíveis dos episódios comunicativos dos seres falantes, sincronicamente realizados a partir do sistema linguístico em questão. Saussure ilustrou melhor esta ideia de que a língua é forma e não substância (*sic*) através da famosa comparação entre a experiência de jogar e a experiência de comunicar-se, exemplo que doravante será oportuno para discorrer sobre outra importante dicotomia saussuriana, igualmente necessária aqui para arrematar sumariamente o pensamento do linguista genebrino e, por extensão, os objetivos específicos deste artigo. Trata-se da dicotomia entre significado (*signifié*) e significante (*signifiant*), que junta com as outras duas já supracitadas – sincronia *versus* diacronia, língua *versus* fala – até poderiam ser chamadas jocosamente de trinca dicotômica mais relevante do estruturalismo linguístico saussuriano. Com efeito, para Saussure, “a ideia de que no jogo de xadrez são possíveis certas jogadas mas não outras [...] leva, em suma, a valorizar o que não se observa, ou seja, a ‘regra do jogo’, encarada como condição de possibilidade do jogo ou, no caso da língua, como condição da comunicação” (ILARI, 2004, p. 57, grifo do autor). Contudo, a metáfora do jogo não é fértil apenas porque estabeleceu inequivocamente como objeto da linguística os regulamentos dos jogos de linguagem, ou seja, os sistemas, as formas ou as estruturas das línguas, de que servem de suporte às mensagens, relegadas desde então a outras disciplinas secundárias (como a estilística ou, uma vez mais, a linguística da fala), às quais “coube a tarefa ‘menos

nobre’ de legislar sobre fatos sujeitos a uma regularidade precária” (ILARI, 2004, p. 59, grifo do autor).

A verdade é que essa ilustração xadrezista serve para demonstrar, em primeiro lugar, que o sistema da língua também é fundamentalmente um sistema de *valores*, dentro do qual as unidades elementares, isto é, as palavras ou, então, os signos (*signes*) linguísticos – indissolúvelmente significado e significante ao mesmo tempo – são sempre definidos a partir da oposição com os demais coexistentes na estrutura relacional da língua, sendo, por isso, a característica primordial deles ser o que os outros não são; em segundo, que o sistema sónico, ao contrário da lenda ingênua de que para cada palavra existiria *strictu sensu* uma coisa, não nomeia “seres cuja existência precede a língua e cujas propriedades são determinadas independentemente dela” (ILARI, 2004, p. 62), porque, à moda mais uma vez do jogo de xadrez, sua significação sempre é estabelecida através de uma convenção, segundo a qual é “o significante, na medida em que se distingue de outros significantes, que dá legitimidade linguística ao significado; e é o significado, na medida em que se distingue dos outros significados, que dá legitimidade linguística ao significante” (ILARI, 2004, p. 62); e, em último lugar, que a concepção de signo saussuriano é uma arbitrariedade linguística, porque, nada devendo de sua existência a fatores externos, não restou outro caminho às línguas senão organizar combinatoriamente seus signos conforme uma rede própria de relações que pode ou não guardar sincronicamente semelhanças entre si, de vez que, de resto, “cada língua recorta a seu modo a experiência” (ILARI, 2004, p. 66), tendo, por isso, a princípio uma mutabilidade própria e uma gramática pertinente. Pode-se, por fim, sintetizar a noção de sistema linguístico saussuriano a partir de seis características fundamentais: relatividade, funcionalidade, unidade, totalidade, transformabilidade e auto-regularidade.

A crítica ao patriarca linguístico

Sendo alçado à “matriz possível de toda a atividade científica” (ILARI, 2004, p. 76), nada mais “natural” do que ver o estruturalismo alcançar o apogeu nas ciências humanas estendendo seu modelo para outras disciplinas fora da linguística, como a antropologia, a sociologia, a estética, a literatura, entre outras. Entretanto, conforme menção anterior, o pensamento de Saussure foi posteriormente submetido também a uma ampla releitura, que questionou vários aspectos de seu modelo estrutural. Para efeito de ilustração geral, pode-se mencionar (*a*) a crítica à concepção saussuriana de comunicação, da Escola de Praga, sobretudo com Wilhem Mathesius, para quem Saussure havia reduzido “de certo modo o

processo de interpretação a uma questão de discriminação dos signos que se transmitem” (ILARI, 2004, p. 69), nada dizendo sobre o que acontece, de fato, quando os seres falantes interpretam; (b) a crítica à concepção saussuriana da fala, de Émile Benveniste, para quem “o estruturalismo teria negligenciado o papel essencial que o sujeito [falante] desempenha na língua” (ILARI, 2004, p. 81), descrita por Saussure, segundo ele, “sem referência à fala e aos diferentes papus que os falantes assumem na interlocução” (ILARI, 2004, p. 81); e (c) a crítica à visão saussuriana de que não fariam parte do objeto da linguística propriamente dita os estudos textuais e semânticos, de Michel Pêcheux, para quem também é falsa a representação jakobsoniana de liberdade linguística ascendente, porque, ao contrário do que postulou a versão própria do estruturalismo de Roman Jakobson, o analista do discurso disse existir, sim, criatividade nos níveis inferiores das unidades linguísticas (fonemas e morfemas), por um lado, e, por outro, restrição nos níveis superiores das unidades linguísticas (frases e enunciados), de vez que os discursos serão ou não sancionados “em função das condições ideológicas em que são produzidos e recebidos” (ILARI, 2004, p. 83), isto é, em função dos fatores sociais, políticos e históricos que jamais poderão ser negligenciados.

Mais importante do que explicar as críticas gerais ao estruturalismo linguístico de Saussure é escrutinar – mesmo de maneira sumária – as que miraram o alvo específico da dicotomia sincronia *versus* diacronia, pois deste confronto espera-se adiante uma tomada de posição final (pelo menos até uma segunda oportunidade de ler outras bibliografias) quanto à acusação de que, no fundo, o patriarca linguístico, apesar de ter inaugurado uma espécie de formalismo “líquido”, resvalou ainda assim para um formalismo “sólido” *à la* todos os outros que o precederam, em virtude de sua suposta fissura pelos estudos sincrônicos ter sufocado, no fim, os efeitos diacrônicos sobre a linguagem, igualmente necessários para um exame sempre pertinente da interação histórica entre língua e fala de cada comunidade linguística.

O Círculo de Praga, especialmente com Jakobson, foi quem primeiro contestou a divisão saussuriana entre sincronia e diacronia, em razão de uma das teses (*thèses*) do I Congresso Internacional de Linguistas (1929), em Haia, ter defendido que o patriarca linguístico nunca abordou apropriadamente a questão da diferença, da mudança, da variação ou, mais simplesmente, da transformação linguística, apesar de seu reconhecimento de que elas sempre eram oriundas da fala (*parole*) e não da língua (*langue*).

Para ele [Saussure], as mudanças se produzem sem qualquer intenção, elas são fortuitas e involuntárias, certos elementos são alterados sem ter em conta a solidariedade que os une ao todo e, conseqüentemente, só podem ser

estudados fora do sistema. Assim, abre-se um fosso profundo entre a linguística diacrônica e a linguística sincrônica, a brilhante comparação de Saussure entre o jogo da langue e uma partida de xadrez perde sua força persuasiva se nos alinharmos à opinião de Saussure que afirma que a langue não premedita nada e que suas peças se deslocam fortuitamente. Esta afirmação nos faz apresentar a história dos sons de uma língua dada como uma sequência de perturbações e de deteriorações cegas causadas por fatores extrínsecos. Do ponto de vista do sistema fonológico, essas ações desordenadas seriam apenas acidentes incômodos e absolutamente sem objetivo (JAKOBSON *apud* VITRAL, 2010, p. 78).

Além da crítica à visão saussuriana de que a variabilidade linguística é fortuita, episódica e sem grandes consequências ao sistema da língua, os lingüistas de Praga ainda justificaram a pertinência da diacronia nos estudos da linguagem com a hipótese de que as mudanças ocorreriam para reequilibrar a estrutura formal de cada língua. Para tanto, porém, foi necessário admitir, a contragosto da herança saussuriana, uma teleologia do sistema, pois não havia como sustentar que as modificações linguísticas serviriam à reorganização da própria forma da língua sem postular que a todo processo destrutivo seguir-se-ia uma reação ativa e diretiva do sistema: “a descrição sincrônica [...] não pode excluir a noção de evolução; pois, até mesmo em um setor considerado do ponto de vista sincrônico, existe a consciência da fase em vias de desaparecimento, da fase presente e da fase em formação” (JAKOBSON *apud* VITRAL, 2010, p. 77). A melhor ilustração talvez desta mudança progressiva é a distribuição das variantes linguísticas de acordo com a idade, que, segundo Jakobson, faz parte da própria consciência dos seres falantes, quando conseguem, por exemplo, distinguir coletivamente formas inovadoras e formas conservadoras da língua.

Na mesma onda, André Martinet – linguista funcionalista francês – foi outro que revisou a concepção de linguística diacrônica, sobretudo através de seus estudos de fonologia. Segundo ele, mesmo a partir de um corte sincrônico, a evolução de uma estrutura linguística não apenas poderia ser mostrada mas também prevista, mediante o que chamou de princípio de economia interna da língua, que, por sua vez, estava baseada numa relação de custo e benefício. O grande mérito desta revisão, para o comentador Ilari (2004), foi mostrar que, ao contrário do que afirmou Saussure, as línguas não evoluem através de mudanças estritamente pontuais e locais – alheias ao sistema – e, sim, mediante o contínuo rearranjo das estruturas que explicam os “fenômenos que até [a versão estruturalista saussuriana de] então pareciam imprevisíveis e descontraídos à compreensão do sistema” (ILARI, 2004, p. 73). Nas palavras do próprio autor, o funcionamento deste princípio dava-se do seguinte modo:

na cadeia falada, os fonemas sofrem uma pressão no sentido de se assimilarem aos fonemas vizinhos, o que leva ao desgaste de algumas oposições fonológicas, e à criação de algumas oposições fonológicas previamente inexistentes. Sob o efeito dessas pressões, dois fenômenos podem se manifestar: (i) algumas das oposições em que se baseia o sistema fonológico da língua podem tornar-se pouco rentáveis (no sentido de serem utilizadas apenas num conjunto muito restrito de ambientes, e portanto serem responsáveis por um número limitado de oposições); nesse caso sua tendência é desaparecer; (ii) outras oposições podem tornar-se mais rentáveis, e nesse caso a tendência do sistema é generalizar seu uso (ILARI, 2004, p. 72-73).

Outra revisão original da antinomia saussuriana entre sincronia e diacronia foi empreendida pelo romeno Eugenio Coseriu, para quem o objeto da linguística seria, em vez de um sistema abstrato da língua, o uso real da linguagem pelos seres falantes, que, por sua vez, seria constantemente mutável, em virtude de sua radical historicidade. Isto significa que, para Coseriu, “delimitar uma sincronia é, até certo ponto, uma ficção, pois a todo momento, em qualquer língua, [...] o velho convive com o novo, e é essa convivência de fragmentos de velhos sistemas com fragmentos de novos sistemas que caracteriza um estado de língua dado” (ILARI, 2004, p. 81), sendo falsa, portanto, a noção de *état de langue*, segundo a qual Saussure acreditou ordenar no tempo um conjunto de mudanças sincronicamente acabadas. Ao invés de conceber a mudança como simples substituição de um sistema por outro, Coseriu preferiu, então, entender a natureza mutável da língua, isto é, a mudança em marcha (*sic*), pois “só a história pode prestar contas cabalmente da realidade dinâmica de uma língua, considerando-a como ‘sistema que é feito’ e, a cada instante de seu desenvolvimento, como atualidade de uma tradição” (COSERIU *apud* VITRAL, 2010, p. 82-83, grifo do autor). Apesar de até parecer, a revisão de Coseriu não se dedicou a virar de ponta cabeça o estruturalismo saussuriano, como fez erroneamente, segundo ele, a Escola de Praga, cuja tradição é conhecida por seu estruturalismo diacrônico, porque, diferentemente do linguista romeno, este Círculo não conseguiu corrigir o caráter fortuitamente heterogêneo da visão diacrônica de Saussure, em virtude da concepção de mudanças linguísticas estar ainda fortemente condicionada ao sistema da língua, que, de resto, lhes imprime uma intencionalidade teleológica afim a sua necessidade interna de coesão.

Logo, para escapar tanto de um estruturalismo sincrônico quanto de um estruturalismo diacrônico isolados, Coseriu defendeu *grosso modo* que a dicotomia de matriz saussuriana, por um lado, “não pertence ao plano do objeto, e sim, ao plano da investigação: [isto é] não se refere à linguagem, mas à linguística” (COSERIU *apud* VITRAL, 2010, p. 81)

e, por outro, só “pode ser superada na e pela história” (COSERIU *apud* VITRAL, 2010, p. 82), porque, embora necessária para permitir o acesso e para facilitar a análise dos fatos da linguagem, o uso desta antinomia linguística jamais deverá confundir-se com a realidade das línguas históricas. Isto significa que, para Coseriu, as teorias linguísticas nunca refletiriam *porque* as mudanças ocorrem, apenas *como* elas aconteceram, pois seu objeto, ao invés de “natural”, é uma convenção sociocultural que só poderá ser motivada mediante as intenções e necessidades dos seres falantes. A confusão da linguagem com a linguística, portanto, levou Saussure a não fazer ontologia, mas metodologia, arrematou desinibidamente Coseriu.

Um salvo-conduto já sem tempo?

Conforme já foi brevemente dito, em *Les Sources Manuscrites Du Cours de Linguistique Générale de Ferdinand de Saussure* (1969), Godel escrutinou a fidelidade dos editores do livro do linguista genebrino com o pensamento saussuriano, de maneira que, no capítulo *Analyse des sources manuscrites* de sua obra, pôde-se confirmar que, para Saussure, a divisão entre sincronia e diacronia era verdadeiramente central, a ponto de ser cogitada até a possibilidade de duas linguísticas. No mais, Godel ainda chama atenção para outros dois detalhes importantes: a originalidade do patriarca linguístico propor, por um lado, uma linguística sem levar em consideração o passado da língua e, por outro, um sistema linguístico definido a partir tão somente da relação entre os signos, que, por sua vez, baseava-se na noção de valor. Por fim, concluiu que, apesar da alegada supremacia da perspectiva sincrônica sobre a perspectiva diacrônica, Saussure não a teria reivindicado explicitamente, porque, ao invés disso, o que teria proposto, de fato, foi uma descrição de um estado da língua, sem quaisquer considerações acerca de sua evolução histórica, conforme pode-se verificar nos trechos das *notes inédites* a seguir:

Em linguística, a distinção entre estado e evento é tão capital que se pode perguntar se ela não precisaria de duas ciências. Mas a linguística não cessa de confundi-las [...], e parece inconsciente da dualidade de seu objeto.

A ordem diacrônica é o deslocamento dos valores, portanto, das unidades significativas; a ordem idiosincrônica é o equilíbrio dos valores tal qual se estabelece a cada momento: opõe-se como *cinemático* (ou evolutivo) e *estático*.

Para se dar conta do que existe num estado de língua, o melhor é fazer abstração do passado. Paradoxo, mas paradoxo verdadeiro: os signos da língua têm o valor fixado pelo que coexiste, não pelo que precede.

Os fatos diacrônicos sendo assim eventos, é possível falar de leis? Não há leis nesse caso porque tudo é particular [...]. Pode-se falar sim de leis fonéticas; mas é preciso distinguir a lei fonética da lei sincrônica. [...] O

termo da lei implica duas características: (1) regularidade, ordem; (2) necessidade imperativa. A lei sincrônica é a primeira, e a ordem que ela define é precária (as línguas eslavas perderam as vogais finais). A lei fonética é imperativa, no sentido em que ela age com regularidade. Mas sobre quais unidades? Não sobre as palavras, que não são comparáveis aos indivíduos de uma espécie, mas sobre um único som (GODEL *apud* VITRAL, 2010, p. 69-71).

Neste sentido, então, pode-se concordar com a conclusão de Lorenzo Vitral (2010) de que as fontes manuscritas comprovariam mais uma rejeição da evolução do que da diacronia, apesar da inegável primazia da sincronia de Saussure. Para justificar esta refinada asserção, Vitral desfaz um pequeno mal entendido que, segundo ele, seria a fonte de uma interpretação parcial do legado deixado pelo pai da linguística moderna. Trata-se da sutil distinção entre objeto (*objet*) e matéria (*matière*) da linguística, publicada, por sua vez, pela edição crítica do *Curso de lingüística geral* de Túllio de Mauro, a partir da qual Vitral pondera os excessos de quem insiste em atribuir uma supremacia da sincronia na proposta saussuriana, porque, embora tenha dito que a língua, enquanto instituição social e semiológica, é o objeto da linguística, Saussure só o disse para distingui-la da matéria, que é a fala individual, acidental e ocasional, não papa colocá-la sob uma redoma escolástica. Isto significa que Saussure jamais teria excluído a importância do estudo da matéria da lingüística, isto é, das diversas manifestações orais ou escritas da linguagem humana, nem das relações entre língua/fala, forma/substância e sincronia/diacronia, tampouco dos efeitos sobre o sistema advindos com as mudanças linguísticas, porque, mesmo (ou principalmente) sabendo de sua condição alheia à estrutura sincrônica da língua, é “no momento em que uma inovação, frequentemente repetida [na variedade diacrônica da fala], se agrava na memória e entra no sistema que se obtém o efeito de deslocar o equilíbrio dos valores e a *langue* se torna *ipso facto* e espontaneamente modificada” (SAUSSURE, 1971, p. 197, nota 1, grifos do autor), comprovando, uma vez mais, que “tudo o que é diacrônico na *langue* só o é por meio da *parole*” (SAUSSURE, 1971, p. 138, grifo do autor).

Conclusão

Para ilustrar a pertinência de uma discussão da dicotomia saussuriana entre sincronia e diacronia foi invocado, na abertura deste artigo, o episódio recente em que gramáticos e linguistas brasileiros travaram com “paus e pedras” um caloroso duelo em torno dos efeitos de um livro didático que, para os primeiros, teria violado a norma culta da língua portuguesa, ao passo que, para os segundos, teria mostrado quão mais ampla é a variação linguística, caso

seja considerada a “variedade popular” e não apenas a variedade padrão da língua. Ao contrário tanto das críticas tradicionais que repudia(ra)m os efeitos desgramaticalizadores do estruturalismo saussuriano, em benefício de todas as formas de expressão e, conseqüentemente, de variação – inclusive a popular, portanto – quanto das críticas posteriores a Saussure que o acusa(ra)m de ter resvalado – ainda assim – para um formalismo indiferente à diferença linguística, em proveito apenas de uma concepção estreita de variação *à la* variedade padrão da língua culta, este artigo preferiu refazer de maneira sumária o percurso do fundador da disciplina que, hoje, lastreia grande parte dos argumentos de quem se serve para endossá-lo quer como maior transgressor quer como maior defensor do estatuto de gramaticalização, porque, ao invés dessas posições isoladas, pôde-se verificar que, valendo-se da relação – mal interpretada por alguns – entre sincronia e diacronia, Saussure reuniu, sim, evidências capazes de mostrar senão a possibilidade de combinar, na época, o uso dos dois métodos, pelo menos a importância de não esquecer que ambos – assim como os gramáticos e os linguistas no Brasil contemporâneo – sempre est(ar)ão vinculados a um único objetivo: esclarecer os fenômenos em torno da linguagem humana. De modo que, quem ousar esquecer este elo, cairá irremediavelmente no erro crasso de distorcer – por sua conta em risco – o pensamento de um linguista que continuamente buscou um pertinente estatuto de gramaticalização da língua.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. Loyola, 1999.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). **Introdução à linguística 3**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

LYONS, John. Linguística: o estudo científico da linguagem. In: LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional da Universidade de São Paulo, 1979.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1971.

VITRAL, Lorenzo. A antinomia sincronia/diacronia: formulação, recepção e atualidade. **Revista GEL**. São Paulo, v. 7, nº 2, 2010, p. 53-94.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola editorial, 2002.

Texto recebido em 10/10/11.

Aprovado em 19/03/12.